

*Autores*

Vanice Regina Lírio do Valle

# POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS FUNDAMENTAIS E CONTROLE JUDICIAL

**2º Edição, revista,  
ampliada e atualizada.**

*Área Específica*

Direito Público

*Áreas Afins*

Políticas públicas e Administração Pública



O compromisso constitucional com os direitos fundamentais trouxe para a Administração Pública o dever de programação de seu agir por intermédio das correspondentes políticas públicas. A presente obra se dedica à evidenciação dessa relação de dependência entre função administrativa e garantia de direitos fundamentais, percorrendo, ainda, os desafios do controle judicial que incide sobre as zonas de tensão criadas pela inércia do Poder Público. A partir de uma abordagem interdisciplinar do que sejam as políticas públicas, esclarece o texto as limitações que esses mesmos instrumentos de planejamento determinam, seja em relação à atuação da Administração, seja quanto ao Judiciário. A obra percorre a jurisprudência do STF mais recente na matéria e propõe critérios para o desenvolvimento do controle judicial em políticas públicas. Em síntese, o exercício do controle não pode caminhar senão no estreito percurso das vinculações constitucionais impostas ao Poder, tendo, ainda, em conta, a necessária deferência às políticas públicas que orientam sua atuação.

*Público-Alvo - Consumidores*

Profissionais da Advocacia de Estado em todos os níveis,  
alunos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

Formato: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001000

V181p Valle, Vanice Regina Lírio do

Políticas públicas, direitos fundamentais e controle judicial / Vanice Regina Lírio do Valle. 2. ed. rev. ampl. e atual. ; prefácio de Marcus Juruena Villela Souto – Belo Horizonte: Fórum, 2016.

194p.

ISBN: 978-85-450-0153-9

1. Direitos fundamentais. 2. Direitos humanos. 3. Políticas públicas. I. Título. II. Souto, Marcus Juruena Villela.

2016-62

CDD 341.272

CDU 342.7

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Políticas públicas, direitos fundamentais e controle judicial. 2. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 194p. ISBN 978-85-450-0153-9.

## Sumário

LISTA DE ABREVIATURAS .....	9
<b>PREFÁCIO</b>	
Marcos Juruena Villela Souto.....	11
Apresentação da 2ª edição.....	13
Apresentação da 1ª edição.....	17
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	31
1.1 Políticas públicas e elementos teóricos originários de outros campos do conhecimento .....	31
1.1.1 A contribuição original da escola americana: políticas públicas como ciência de práticas da democracia.....	36
1.1.2 Políticas públicas e as múltiplas dimensões do tempo no agir estatal.....	45
1.2 Políticas públicas e constituição: uma opção de estruturação do agir do poder .....	51
1.2.1 Antecedentes históricos e prática política da constitucionalização das políticas públicas .....	53
1.2.2 Constitucionalização de prioridades em políticas públicas e mudança de paradigma quanto ao papel do Estado.....	61
1.2.3 Constituição como sede de heterovinculações traçadas às políticas públicas.....	64
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>O ENCONTRO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COM O DIREITO</b> .....	71
2.1 Inclusão das políticas públicas na agenda de reflexão do Direito Administrativo.....	71
2.2 Políticas públicas constitucionalizadas e o reforço a características imperativas do agir estatal.....	75

2.2.1 Planejamento.....	75
2.2.2 Eficiência.....	82
2.3 Dupla funcionalidade da juridicização das políticas públicas: orientação interna do agir do poder, vetor de controle externo e social.....	88
2.3.1 Processo deliberativo democrático como sede de autovinculações traçadas às políticas públicas....	90
2.4 Dever constitucional de enunciação de políticas públicas.....	94

### CAPÍTULO 3

CONTROLE JURISDICIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	101
3.1 Judicialização das políticas públicas.....	101
3.2 Objeções às potencialidades de controle jurisdicional das políticas públicas .....	105
3.2.1 Deslocamento da jurisdição para análise dos métodos de ação estatal.....	107
3.2.2 Controle de políticas públicas e o déficit de expertise.....	109
3.3 Constitucionalização das políticas públicas e os Tribunais Superiores: panorama dos precedentes já cunhados.....	112
3.3.1 Precedentes, no STF, de controle jurisdicional de políticas públicas de educação.....	118
3.3.1.1 A educação e o acesso à creche e à pré-escola.....	118
3.3.1.2 Educação e aspectos correlatos ao provimento de vagas: contratação de pessoal, transporte e outros.....	121
3.3.2 Precedentes no STF, de controle jurisdicional de políticas públicas de saúde.....	123
3.3.2.1 Pronúncias envolvendo o direito fundamental à saúde em sua matriz coletiva de atendimento	123
3.3.2.2 Pronúncias envolvendo o direito fundamental à saúde em suamatriz individual de atendimento.....	131
3.3.3 Precedentes no STF, de controle judicial no campo da proteção à infância e à adolescência .....	134
3.4 Um percurso teórico ainda em curso.....	135

### CAPÍTULO 4

UMA VISÃO CRÍTICA DO “ESTADO DA ARTE” DO CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELAS CORTES SUPERIORES.....	137
4.1 Indiferenciação entre heterovinculações e autovinculações.....	137
4.2 Indiferenciação entre violação à dimensão subjetiva e àquela objetiva de direitos fundamentais....	142
4.3 Ruptura entre políticas públicas e respectivo financiamento: uma opção em detrimento do planejamento.....	144
4.3.1 Intervenção judicial diretamente no orçamento: atacando o efeito e não a causa.....	147
4.4 Regressividade da decisão judicial: um fantasma presente .....	155

### CAPÍTULO 5

CAMINHOS DE APRIMORAMENTO DO CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	159
5.1 Novas perspectivas para o exercício da função jurisdicional concretizadora da dimensão objetiva dos direitos fundamentais.....	159
5.2 Controle de políticas públicas, dimensões objetiva e subjetiva de direitos fundamentais .....	160
5.3 Política pública inexistente: caminho de superação do déficit de expertise.....	167
5.4 Política pública existente: exigibilidade jurisdicional de autovinculação da Administração .....	176
5.5 Política pública existente e novas escolhas públicas: o Judiciário como catalisador das mudanças de agenda .....	179

CONCLUSÃO.....	183
----------------	-----

REFERÊNCIAS.....	185
------------------	-----